



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2023**

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

*Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre a derrubada de teto dos precatórios.*

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre a derrubada de teto dos precatórios.

**JUSTIFICAÇÃO**

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimento sobre a derrubada de teto dos precatórios.

Isto porque, a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que seja considerada a inconstitucionalidade do limite para pagamento de precatórios,





protocolado durante o governo de Jair Bolsonaro (PL)<sup>1</sup>.

O governo de Lula da Silva (PT) argumenta que o atual sistema de pagamento de precatórios pode gerar um volume impagável dessas obrigações. O Ministério da Fazenda estima que o passivo atual é de R\$ 95 bilhões. Caso nada seja feito, pode alcançar R\$ 250 bilhões em 2027.

A mudança no pagamento de precatórios solicitada pela AGU seria aplicada tanto ao estoque atual quanto aos novos precatórios emitidos no futuro. A expectativa do governo Lula é reduzir a pressão sobre o novo regime fiscal, que limita o crescimento das despesas primárias. O ministro Luiz Fux, do STF, é o relator da proposta no Supremo. Os pedidos ainda serão analisados pelo tribunal.

A manifestação da AGU revela uma mudança na postura do órgão, que, durante o governo Bolsonaro, defendeu a constitucionalidade do limite de precatórios. A medida foi aprovada com o propósito de liberar espaço no Orçamento de 2022 para financiar despesas em ano eleitoral e foi denominada de PEC do Calote pela oposição.

De acordo com a própria AGU, a alteração de postura se baseia em uma nota técnica conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A nota explica que o pagamento dos precatórios apresenta dificuldades à sustentabilidade fiscal de longo prazo e traz efeitos econômicos negativos, com reflexos sobre a reputação do país.

*"Embora a dinâmica da Constituição de despesas com sentenças judiciais seja influenciada por variáveis de difícil*

1 <https://www.metropoles.com/brasil/governo-lula-pede-ao-stf-derrubada-de-teto-dos-precatorios>





Apresentação: 27/09/2023 09:42:47.293 - CFFC

REQ n.345/2023

Sala da Comissão, em de de 2023.

**Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO**

